

O protagonismo do Brasil na integração da Sul-americana: uma análise das relações comerciais 2000-2018¹

Brazil's leading role in the South American integration: an analysis of trade relations 2000-2018

SOFÍA ESCOBAR SAMURIO | sofia.samurio@ipea.gov.br
Bolsista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

PEDRO SILVA BARROS | pedro.barros@ipea.gov.br
Pós-doutorando Universidade de São Paulo (USP), pesquisador Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

LUCIANO WEXELL SEVERO | luciano.severo@unila.edu.br
Professor na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), bolsista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Recebimento do artigo Abril de 2019 | **Aceite** Maio de 2019

Resumo As relações comerciais do Brasil com os países da América do Sul têm se transformado ao longo do tempo. Nos últimos 18 anos, o comércio regional do Brasil apresentou dois movimentos contrastantes. Entre 2000 e 2011, houve forte expansão das exportações e importações brasileiras com seus vizinhos. Nos últimos anos, porém, a América do Sul tem perdido importância relativa no comércio exterior brasileiro. Parte-se do diagnóstico que há elementos estruturais fundamentais para o baixo comércio intrarregional na América do Sul: a organização desfavorável das cadeias globais de valor; a infraestrutura deficiente; e a falta de instrumentos adequados para o financiamento e garantias das exportações regionais. Este artigo apresenta e avalia a dinâmica do comércio regional do Brasil desde 2000, debate seus principais determinantes, os esforços para desconstruir as assimetrias, e propõe uma agenda de pesquisa sobre o protagonismo do Brasil para a integração econômica regional da América do Sul. Trata-se de um primeiro texto de uma pesquisa de dois anos que se iniciou há cinco meses. Os eventuais resultados aqui apresentados serão mais bem debatidos e validados nos próximos meses. **Palavras-Chave** Comércio Intrarregional; Integração Econômica Regional; Política Externa Brasileira; América do Sul; China.

Abstract Brazil-South America trade relations have changed significantly over time. In the last 18 years, these trade flows have been subject of two contrasting movements. Between 2000 and 2011, there was a strong expansion of Brazilian exports and imports with its neighbors whereas in recent years South America has lost relative importance in Brazil's foreign trade. This article has two main objectives. Firstly, it aims to evaluate Brazil-South America trade dynamics since 2000 and to discuss main trade determinants. Secondly, it proposes a research agenda on the role of Brazil in South American regional economic integration so to support public policies aimed to reduce regional asymmetries. Our main argument is that there are key underlying structural elements for this recent change: an unfavorable organization of global value chains; poor national and regional infrastructure; and lack of adequate instruments for regional export financing and guarantees. This is the first article of two-year research, which began five months ago. Results presented here will be better discussed and validated in the coming months. **Keywords** Intra-regional trade; Regional Economic Integration; Brazilian Foreign Policy; South America; China.

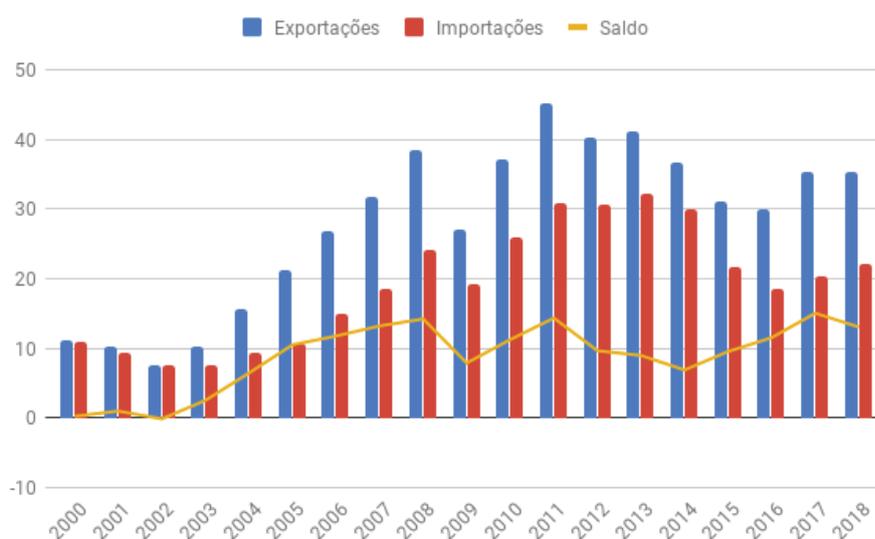
¹ Este artigo foi apresentado durante o III Encontro de Economia Política Internacional (ENEPI), realizado entre os dias 29 e 30 e 31 de maio de 2019, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Introdução

O comércio intrarregional do Brasil com os países da América do Sul apresenta saldo positivo para Brasil desde 2003 e teve seu período de auge entre 2007 e 2011, atingindo US\$ 76,1 bilhões de corrente de comércio, em 2011. A partir de 2012, contudo, o fluxo de trocas comerciais com os países da região tem apresentado uma tendência decrescente. Em 2018, a participação de América do Sul nas exportações totais do Brasil foi de 14,7% (US\$ 35,2 bilhões); já em relação às importações totais atingiu apenas 12,3% (US\$ 22,1 bilhões)².

O Gráfico I expõe a balança comercial do Brasil com América do Sul entre 2000 e 2018. É possível identificar dois grandes movimentos: no primeiro, entre 2003 e 2011, o comércio do Brasil com os vizinhos apresentou uma tendência crescente, com exceção de 2009, por motivo da crise financeira internacional. O segundo movimento, a partir de 2012, é descendente, com leve recuperação entre 2017 e 2018. O saldo comercial é positivo para o Brasil durante todo o período, sendo acima de US\$ 10 bilhões anuais, com exceção de 2009 e entre 2012 e 2014.

Gráfico I: Balança comercial do Brasil com América do Sul em bilhões de dólares entre 2000 e 2018.



Fonte: UN COMTRADE | Elaboração dos autores

A diminuição relativa dos fluxos comerciais com a região responde a fatores estruturais, circunstanciais e políticos. Como fatores estruturais identificam-se: a inserção nas Cadeias Globais de Valor (CGV) como fornecedores de bens de baixo valor agregado, a deficiência de infraestrutura física e a insuficiência dos instrumentos de financiamento e de garantias às exportações³. O *superciclo* das commodities, entre 2003 e 2013, e a crise financeira internacional, a partir de maio de 2008, foram as duas principais variáveis conjunturais. O projeto, o ativismo ou omissão dos governos para fomentar a integração regional correspondem à dimensão política.

² Estatísticas de comércio exterior, página do Ministério de Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

³ BARROS, 2018, p. 50.

Quais seriam os motivos para o forte incremento absoluto das trocas comerciais entre 2003 e 2012 e a subsequente estagnação ou leve declínio que permanece até o momento (2019)?

Aventa-se a hipótese de que houve avanços apesar de terem sido insuficientes com relação às propostas desenhadas na década de 2000. A condição histórica de inserção internacional da América do Sul baseada em exportações de bens primários, que havia sido amenizada entre as décadas de 1950 e 1980, sobretudo no comércio intrarregional, foi acentuada devido às características do aumento da demanda do Leste da Ásia, especialmente da China, região que dinamizou o comércio internacional nas duas últimas décadas.

O comércio intrarregional na América do Sul cresceu, mas as assimetrias não se reduziram consideravelmente e o ativismo brasileiro apresentou debilidades em sua formulação, execução e acompanhamento. O crescimento da presença brasileira nos países vizinhos nas últimas duas décadas estava concentrado em empresas de construção civil, que foram fortemente afetadas pela Operação Lava-Jato, a partir de 2014. Desde então, diminuíram fortemente a quantidade de obras executadas por empresas brasileiras na região e, conseqüentemente as exportações de insumos e serviços brasileiros para os países vizinhos associados a esses projetos de infraestrutura.

O objetivo deste trabalho é apresentar uma agenda de pesquisa a partir da análise dos dados do comércio intrarregional do Brasil, entre 2000 e 2018, e do conjunto das iniciativas brasileiras para a integração econômica regional.

Os objetivos específicos são:

- a) apresentar um diagnóstico das barreiras estruturais para à integração na América do Sul no contexto da dinâmica do comércio internacional;
- b) analisar os dados das relações comerciais do Brasil com os países da América do Sul no período referido, entendendo sua dinâmica e especificidades com cada um dos países vizinhos.

Para responder ao problema de pesquisa o primeiro passo é o levantamento dos dados de comércio exterior do Brasil com os demais países da América do Sul. A análise quantitativa do comércio exterior do Brasil foi realizada a partir da Base de Dados Estadísticos de Comercio das Nações Unidas (Comtrade/UNCTAD), por meio do WITS, e do Ministério da Economia do Brasil (Comexstat – que substituiu o AliceWeb/MDIC). Para a análise das relações comerciais brasileiras com os países da América do Sul, especificamente, são estudadas as informações disponibilizadas pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Este artigo é um primeiro texto de uma pesquisa que se iniciou recentemente. Os resultados ainda são muito preliminares e outras variáveis serão incorporadas. Os conteúdos apresentados nas próximas seções são, portanto, mais uma agenda de pesquisa do que considerações definitivas.

Barreiras estruturais para a integração e a dinâmica contemporânea do comércio internacional

A análise das relações comerciais inter-regionais contemporâneas do Brasil com os países do continente corrobora a presença de três obstáculos, de natureza estrutural, à integração:

- I. A inserção nas Cadeias de Valor, bem como suas características globais e regionais;
- II. A logística deficiente e a escassez de investimentos em infraestrutura; e
- III. A carência de instrumentos adequados para o financiamento e as garantias das exportações regionais.

De acordo com o estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) “Fábricas Sincronizadas: A América Latina e o Caribe na Era das Cadeias Globais de Valor” (2014), os novos padrões de organização internacional da produção fragmentam o processo em tarefas, fazendo com que a concorrência exterior se dê a um nível de maior desagregação. Ao mesmo tempo, boa parte do comércio de insumos, associado às Cadeias Globais de Valor (CGV), acontece intra-firma. Faz-se necessário duas considerações: por um lado, torna-se mais difícil estimar o impacto da abertura comercial quando o *offshoring* é permitido; por outro, a liberalização do comércio não garante o acesso dos países em desenvolvimento às redes internacionais de produção.

O documento compara a América Latina com a Europa do Leste e a Ásia. Estes últimos tiveram uma inserção mais exitosa nas CGV ao conseguirem se industrializar mais rapidamente e com esforço exportador, o que permitiu diversificar as vendas externas e reduzir os riscos da deterioração dos termos de troca ao mesmo tempo em que se beneficiaram da transferência de tecnologia e da difusão de aprendizado. A inserção nas CGV, contudo, requer de condições específicas para se concretizar; existem dificuldades na transmissão de conhecimento assim como o risco de *reshoring*, o que implica que é preciso sustentar as capacidades que permitiram a inserção inicial (BLYDE, 2014, p. 13).

Ainda de acordo com este autor, a América Latina apresenta uma baixa participação relativa nas CGV. O processo de produção dos países da região está voltado para produtos primários, com escasso valor agregado nas exportações. Por esse motivo a participação nas CGV se restringe muitas vezes aos estágios iniciais das cadeias produtivas, como fornecedores de insumos. Os países centro-americanos e, principalmente, o México apresentam maior participação nos segmentos finais das cadeias como montadores de peças importadas.

De acordo com Baldwin (2012), embora todo comércio seja consideravelmente regional, o que se verifica nas ditas CGV, é ainda mais regionalizado. Por este motivo, o autor defende que não se trata de Cadeias Globais, mas sim de Cadeias Regionais de Valor (CRV). A matriz de trocas é muito esparsa, com escassos fluxos globais e destaque predominante dos Estados Unidos, China e Alemanha. Essas CRV norte-americanas, europeias e asiáticas, concentram os maiores fluxos de comércio e produção de valor. Ainda segundo o referido autor, o comércio da cadeia de suprimentos também apresenta um padrão *hub-and-spoke* em torno dos quatro gigantes industriais: Estados Unidos, China, Alemanha e Japão. Estes quatro países constituem os *headquarters* dirigindo direta ou indiretamente as redes de produção, enquanto as economias fábricas procuram atrair empregos e investimentos *offshore* (BALDWIN, p. 5-7, 2018).

Por sua localização geográfica, a América do Sul encontra-se afastada dessas cadeias de valor, o que faz da infraestrutura um fator decisivo, tanto para viabilizar sua participação nas grandes articulações produtivas como para fomentar a integração comercial intrarregional. Por se tratar de uma região fortemente dependente da exportação de recursos naturais, a razão entre peso e valor tende a ser muito alta. Considerando que os custos de transporte são diretamente proporcionais à relação entre peso e valor, as deficiências nessa área impactam diretamente nos

custos de exportação. Além disso, aumentam os riscos de incerteza associados ao atraso na entrega, o que dificulta a inserção em cadeias produtivas *just-in-time*.

Segundo Lardé (2016, p.5), os maiores coeficientes de investimento em infraestrutura na região ocorreram na década de 1980, atingindo 3,6% do PIB, em média, somando os investimentos públicos e privados. Entre 1990 e 2001, descendem para 2,2% e se mantêm nesse nível até 2013. Esta diminuição nos investimentos, particularmente os públicos, estaria relacionada às restrições fiscais e ao serviço da dívida. Embora o investimento privado tenha apresentado um certo dinamismo na década de 1980, passando de 0,5% para 1,2% do PIB, foi insuficiente para compensar a queda.

Na década de 1990, as concessões de projetos de obras públicas deram impulso para a incorporação do capital privado no setor de infraestrutura. Entre 2003 e 2013, se observou, segundo os autores, uma recuperação nos investimentos totais de infraestrutura, atingindo um pico de 2,9% do PIB em 2010. Nas últimas décadas, contudo, os investimentos públicos e privados em infraestrutura foram muito baixos em toda a América Latina, em média 1,2% o investimento público e 1,1% o investimento privado. O investimento em infraestrutura, tanto público como privado, tem sido baixo nos últimos 30 anos, principalmente em comparação com outras economias do mundo, como a China (8,5% do PIB), o Japão (5%) e a Índia (4,7%).

O relatório do *Banco Mundial, Doing Business 2019*⁴, apresenta os dados relativos à eficiência da logística e infraestrutura para o transporte de mercadorias de 190 economias. No ranking de facilidade relativa para o comércio internacional, a média para América Latina e o Caribe é de 105, sendo que os países do Caribe estão melhor posicionados do que os sul-americanos. Com relação à quantidade de horas que demora o transporte das mercadorias, a média para América Latina e o Caribe encontra-se entre as mais elevadas, com 61,9 horas, similar à média do Sul da Ásia (62,9 horas) e da Oceania (54,7 horas), em contraste com os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (12,5 horas) e a União Europeia (8,1 horas).

Os países do Caribe uma vez mais estão à frente da América do Sul e a Venezuela completamente defasada em relação ao restante dos países. Por fim, na estimação do custo global médio de exportação (*border compliance*) para cada país, em dólares, a média da região é a mais elevada (US\$ 529,8), o Leste da Ásia e Pacífico US\$ 382,2 e Europa e Ásia Central US\$ 157,5. Os países da OCDE US\$ 139,1 e a União Europeia US\$ 85,2. A ausência ou a limitação dos mecanismos de garantias são um dos principais entraves aos intercâmbios comerciais e aos fluxos de investimentos dentro da América do Sul.

4 Relatório do Banco Mundial que faz uma análise comparativa sobre a facilidade de se fazer negócios nos 190 países selecionados, apresentando classificações (ranking) e estimativas dos custos, prazos e trâmites requeridos para concretizar a compra-venda internacional.

As relações comerciais da América do Sul com a China e suas implicações nas relações comerciais do Brasil com América do Sul

Além da reconfiguração da organização da produção internacional de bens, uma das maiores mudanças dos anos 2000 é o imponente crescimento do comércio internacional impulsionado pela China e a sua consolidação como potência econômica e geopolítica. A China se tornou o principal parceiro comercial dos países desenvolvidos, o segundo parceiro da União Europeia e dos Estados Unidos; e de algumas economias em desenvolvimento, com especial destaque para América Latina e o Caribe, por ser um importante importador de matérias-primas (CEPAL, 2014). A forte demanda e os processos especulativos elevaram os preços destas mercadorias a seus máximos históricos (CEPAL, 2014, p. 40).

No documento *Explorando nuevos espacios de cooperación entre América Latina y el Caribe y China* (2018), a CEPAL destaca que o comércio entre a China e a América Latina e o Caribe teria apresentado uma leve melhora a partir de 2016, ainda longe do máximo histórico registrado em 2013, de US\$ 268 bilhões, que coincidiu com o fechamento do *superciclo* das matérias primas. Em 2017, a China representou 10% das exportações totais e 18% das importações totais da América Latina e o Caribe. No entanto, o padrão comercial da região não é homogêneo, existe uma marcada diferenciação entre América do Sul, de um lado, e o Caribe, América Central e, especialmente o México, de outro.

De acordo com o Observatório de Complexidade Econômica do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), a América do Sul representou o 3,6% (US\$ 85,2 bilhões) das exportações totais e 6,1% (US\$ 95 bilhões) das importações totais da China em 2017. A composição das exportações sul-americanas à China consiste majoritariamente em bens primários. Por sua vez, o México, possui uma especialização produtiva baseada em bens industriais e mantém um crescente déficit comercial global com a China (CEPAL, 2018, p. 40).

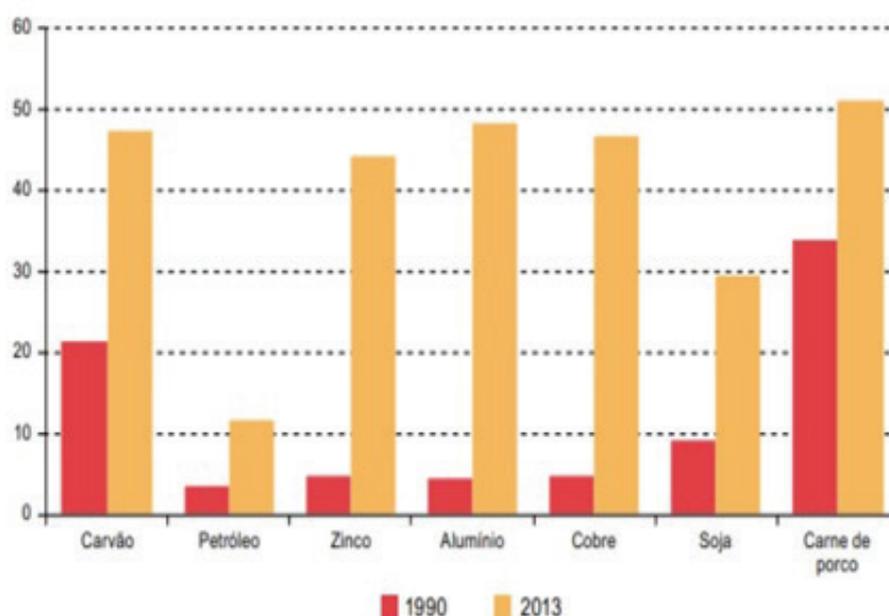
Esse estudo da CEPAL sinaliza que o comércio da China com a região se caracteriza pela troca de matérias-primas por bens industriais, em maiores proporções do que com o resto do mundo⁵. Os principais países da região com os quais China tem déficit comercial são Brasil, Chile e Venezuela, e a pauta exportadora desses países se concentra em petróleo, soja, minério de ferro e minério de cobre, os quais representaram 70% das compras totais da China oriundas de América Latina e do Caribe em 2016.

Com relação às importações sul-americanas originárias da China, os bens de capital que em 2003 representavam cerca de 30% se estabilizam na casa dos 45% depois de 2006. Os bens de consumo apresentam leve queda e os intermediários se mantêm estáveis durante todo o período. Em síntese, pode-se dizer que as exportações da América do Sul para China são de matérias-primas e de bens intermediários; enquanto as importações, de bens de capital, bens de consumo e bens intermediários.

5 Os produtos primários representaram 72% das exportações totais para China em contraste com 27% para o resto do mundo. As manufaturas de baixa, média e alta tecnologia representam apenas 8% das exportações à China e 57% ao resto do mundo. Por outra parte, a importação de produtos de baixa, média e alta intensidade proveniente da China constituiu o 91 % das importações totais deste país para ALC.

No gráfico II, extraído do documento *Horizonte 2030*, é possível identificar a participação relativa da China no consumo mundial de Carvão, Petróleo, Zinco, Alumínio, Cobre, Soja e Carne de Porco entre 1990 e 2013. Ainda segundo a CEPAL, a China se transformou num centro de produção e distribuição mundial de empresas transnacionais, e impulsionou o crescimento dos países exportadores de matérias-primas⁶ mediante Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE) em economias que podem vir a tornar-se fortes competidores da América Latina e do Caribe em importantes mercados agrícolas e de minerais.

Gráfico II: Participação relativa da China no consumo mundial de produtos selecionados entre 1990 e 2013



Fonte: CEPAL⁷

Na relação da América do Sul com a China verifica-se um forte crescimento da participação das exportações entre 2000 e 2018, como se pode observar na Tabela I. No início do período, com uma participação média de 2%⁸, em 2010 com 12%, e em 2017 pouco mais de 18%⁹. Entre 20% e 25% das exportações de Chile, Peru, Brasil e Uruguai tem como destino a China.

6 Particularmente em Afeganistão, Equador, Guiné, Níger, Serra Leoa e Zimbábue, aonde os IDE superam o 50% do total.

7 Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Base de dados estatísticos substantivos da Organização (FAOSTAT); Escritório Mundial de Estatísticas do Metal; Administração de Informação Energética dos Estados Unidos e Associação Mundial do Aço.

8 Sem contar Suriname por falta de dados.

9 Sem contar Venezuela por falta de dados.

Tabela I: Participação relativa da China nas exportações dos países da América do Sul entre 2000 e 2018

	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Equador	Guiana	Paraguai	Peru	Suriname ¹⁰	Venezuela ¹¹	Uruguai ¹²
2000	3,03	0,38	1,97	4,95	0,22	1,20	0,18	0,27	6,99	-	0,31	-
2001	4,22	0,37	3,27	5,68	0,16	0,20	0,24	0,45	6,24	-	0,58	5,09
2002	4,25	0,56	4,17	7,03	0,23	0,29	0,33	0,81	7,80	-	0,60	5,57
2003	8,28	0,70	6,21	8,82	0,63	0,22	0,08	1,33	7,50	-	2,17	4,40
2004	7,61	1,04	5,65	10,42	0,82	0,65	0,23	1,44	9,78	-	1,85	3,91
2005	7,86	0,71	5,75	11,66	1,12	0,07	0,87	2,11	10,87	-	2,23	3,53
2006	7,47	0,84	6,10	8,67	1,85	1,53	2,38	0,55	9,55	-	4,30	4,23
2007	9,26	1,16	6,71	15,32	2,62	0,26	1,31	1,16	10,83	-	3,66	3,58
2008	9,08	1,88	8,35	13,21	1,18	2,06	1,50	1,51	11,94	-	11,61	2,92
2009	6,59	2,47	13,73	23,49	2,91	0,90	1,39	0,69	15,25	1,67	6,48	4,34
2010	8,51	3,00	15,24	24,36	4,98	1,88	0,81	0,53	15,18	0,72	7,35	5,54
2011	7,27	3,68	17,31	22,88	3,53	0,86	0,64	0,39	15,03	0,44	12,38	9,32
2012	6,34	2,68	17,02	23,17	5,55	1,64	0,94	0,58	16,92	0,36	16,53	11,62
2013	7,26	2,62	19,02	24,84	8,67	2,28	0,53	0,60	17,28	0,60	-	15,74
2014	6,52	3,38	18,05	24,23	10,50	1,89	1,96	0,51	18,22	1,79	-	16,47
2015	9,11	5,34	18,62	26,15	6,34	3,94	1,68	0,36	21,95	1,03	-	18,30
2016	7,66	6,68	18,97	28,64	3,63	3,91	1,24	0,25	23,39	0,93	-	16,12
2017	7,41	5,11	21,81	27,58	5,29	4,04	1,49	0,32	26,28	-	-	22,38
2018	-	-	26,76	33,50	-	6,92	1,49	0,29	-	-	-	21,64

Elaborado pelos autores.

Fonte: UN Comtrade

Por sua vez, Rocha e Bielschowsky (2018) avaliam que houve uma reconfiguração das relações centro-periferia na qual a América Latina estaria cada vez mais subordinada. A China seria um novo vínculo de dependência entre a periferia e as economias centrais e sua estratégia estaria centrada no IDE. Para tal, analisam as diferentes modalidades que o país utiliza para obter o acesso e controle de alguns produtos básicos: o petróleo, o ferro, o cobre e a soja.

No caso do petróleo, trata-se da aquisição de direitos de empresas já estabelecidas na região por meio de empresas públicas e via financiamentos com pagamentos em barris de petróleo, por bancos públicos¹³. No caso do ferro e do cobre, mediante IDE e importação. A América do Sul (especialmente Brasil, Peru e Chile) é a segunda região de origem das importações dessas mercadorias, depois da Oceania. A estratégia em relação à soja consiste na aquisição de empresas que possuem uma infraestrutura logística na região para comercializá-la, bem como o arrendamento de terras produtoras de soja por fundos de investimento estrangeiros.

Hiratuka (2018) demonstra estar de acordo com a avaliação de que as relações entre a China e a América Latina tem ganhado um novo formato, de majoritariamente comercial para financeiro, com um forte aumento de IDE nos projetos de infraestrutura e em setores da indústria

¹⁰ Não tem dados disponíveis pela UN Comtrade.

¹¹ Dados declarados pela China.

¹² Participação calculada a partir dos dados extraídos do portal Uruguay XXI. Estes dados não incluem os dados relativos às Zonas Francas.

¹³ Entre 2001 e 2013 a China iniciou 23 projetos de investimento no setor petrolífero na América Latina. Em 2015, 13% das importações de petróleo e 8% do consumo interno da China, têm procedência latino-americana; 91% teve origem em Venezuela; Brasil e Colômbia.

manufatureira. Esta mudança teria relação com o padrão de desenvolvimento chinês implementado após a crise financeira internacional de 2007/2008:

(...) o forte crescimento baseado na expansão dos investimentos, impulsionados pela articulação entre urbanização e industrialização, acabou resultando em excesso de capacidade em vários setores industriais chineses, acelerando a pressão pela saída de capitais e por mudanças em direção a uma economia menos dependente da realização de investimentos no mercado interno. (HIRATUKA, 2018, p. 2).

Essa reconfiguração das relações entre as duas regiões apresenta oportunidades e desafios. De um lado, a complementariedade entre a estrutura de exportações da América do Sul e a demanda chinesa e os fluxos de investimento chinês em infraestrutura e na indústria manufatureira. Por outro lado, a competição da indústria chinesa com o setor manufatureiro sul-americano, o crescente atrelamento das economias da região aos ciclos econômicos chineses, cujos efeitos foram sentidos em 2012 com a desaceleração da economia chinesa, e seus efeitos nos preços das commodities.

O fluxo comercial da América do Sul com a China se caracteriza pela assimetria: por um lado, exportações muito concentradas em poucas commodities cujo financiamento e comercialização estão crescentemente controlados pela própria China, e, por outro lado, importações diversificadas de manufaturas de média e alta intensidade tecnológica (CEPAL, 2016, p. 43), com uma tendência à deterioração dos termos de troca (MEDEIROS, 2015 p. 39). Esse padrão se apresenta como uma dinâmica de médio e longo prazos nas relações China-América do Sul, tendo em consideração que o país se tornou o principal sócio comercial da maioria das economias do continente¹⁴. O cenário conduz às seguintes conclusões:

- I. A China, ao mesmo tempo em que impulsiona a economia da região nos momentos ascendentes de seu ciclo econômico, age como fator desagregador da integração comercial e produtiva da América do Sul;
- II. Nas duas últimas décadas, tanto durante o *superciclo* das commodities como em conjunturas menos favoráveis, não houve avanços significativos no desenvolvimento de novas cadeias regionais, acentuando a ambiguidade da relação com a China;
- III. Fragmentação das organizações criam obstáculos para a negociação conjunta com terceiros. No caso das relações entre América do Sul e China, estimulariam que as iniciativas fossem tratadas apenas bilateralmente, o que, em tese, aumenta a possibilidade de reforçar as características desintegradoras dos projetos de infraestrutura.

14 Tabela 1: Posição da China e valor do comércio exterior com países da ALADI em 2015. (HIRATUKA, 2018, p. 11).

Análise das relações comerciais entre o Brasil e América do Sul entre 2000 e 2018

A presente seção consiste em uma primeira análise descritiva e na apresentação de algumas hipóteses sobre as relações comerciais do Brasil com o mundo e com a América do Sul, entre 2000 e 2018. Nas tabelas a seguir apresentam-se os parceiros comerciais do Brasil em 2000, 2010 e 2018. Em 2000, o principal parceiro comercial do Brasil eram os Estados Unidos, destino de 24% das exportações brasileiras totais. Essa participação cai em 2015 para 9,6% e recupera-se levemente em 2018. A China, por sua vez, passou da décima primeira posição em 2000, respondendo por somente 2% das vendas brasileiras, para a primeira posição em 2010, com o 15%, chegando a 27%, em 2018.

A Argentina continua entre os principais parceiros comerciais do Brasil, porém diminuiu a sua participação de 11% em 2000 para 6% em 2018. O Chile, por outro lado, apresentou uma pequena melhora: de 2% em 2010 para 3% em 2018. Os países europeus que apareciam entre os principais parceiros foram o destino de 23% das exportações brasileiras em 2000, 13,5% em 2010 e 10% em 2018. No caso da Europa, o bloco representou, em 2000, 30,7% (US\$ 16,8 bilhões) das exportações totais do Brasil, passou para 25,5% (US\$ 51,5 bilhões) em 2010 e caiu para 20% (US\$ 48,3 bilhões) em 2018¹⁵.

Tabela II: Exportações do Brasil ao mundo entre 2000, 2010 e 2018 em valores absolutos (US\$) e relativos (%).

	Países	2000 (USD)	%		Países	2010 (USD)	%		Países	2018 (USD)	%
1	Estados Unidos	13.160.699.765	23,92	1	China	30.747.553.704	15,24	1	China	64.205.647.058	26,76
2	Argentina	6.229.543.769	11,32	2	Estados Unidos	19.300.906.943	9,56	2	Estados Unidos	28.774.085.275	11,99
3	Países Baixos (Holanda)	2.794.779.576	5,08	3	Argentina	18.507.273.060	9,17	3	Argentina	14.951.216.908	6,23
4	Alemanha	2.524.701.057	4,59	4	Países Baixos (Holanda)	10.225.857.321	5,07	4	Países Baixos (Holanda)	13.068.031.040	5,45
5	Japão	2.471.254.287	4,49	5	Alemanha	8.134.386.646	4,03	5	Chile	6.389.093.370	2,66
6	Itália	2.142.988.525	3,90	6	Japão	7.140.402.276	3,54	6	Alemanha	5.214.589.691	2,17
7	Bélgica	1.778.417.889	3,23	7	Reino Unido	4.625.093.694	2,29	7	Espanha	5.147.307.782	2,15
8	França	1.729.729.489	3,14	8	Chile	4.256.776.051	2,11	8	México	4.505.139.699	1,88
9	México	1.709.783.257	3,11	9	Itália	4.232.361.792	2,10	9	Japão	4.334.337.058	1,81
10	Reino Unido	1.496.503.491	2,72	10	Rússia	4.147.690.633	2,06	10	Índia	3.909.881.517	1,63

Fonte: MDIC e UN COMTRADE

Elaboração dos autores

Em 2000, 23% das importações totais do Brasil eram originadas nos Estados Unidos, em 2010 esse percentual caiu para 15% e em 2018 ficou em 16%. A China, por sua vez, que sequer aparecia entre as principais importadoras do Brasil no ano 2000, dobrou sua participação como

15 Estatísticas de comércio exterior, página do Ministério de Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

origem das compras totais brasileiras entre 2010 (10%) e 2018 (19%). Argentina, principal parceiro comercial na região, reduziu pela metade a sua participação nas importações do Brasil, de 12% em 2000 para 6% em 2018. Europa em 2000 representava 29% (US\$ 16,3 bilhões) das compras brasileiras; em 2010 cresceu em termos absolutos, porém diminuiu sua participação relativa, para 25,4% (US\$ 46,4 bilhões), e em 2018 caiu em valores absolutos e relativos, para 23,3% (US\$ 42 bilhões).

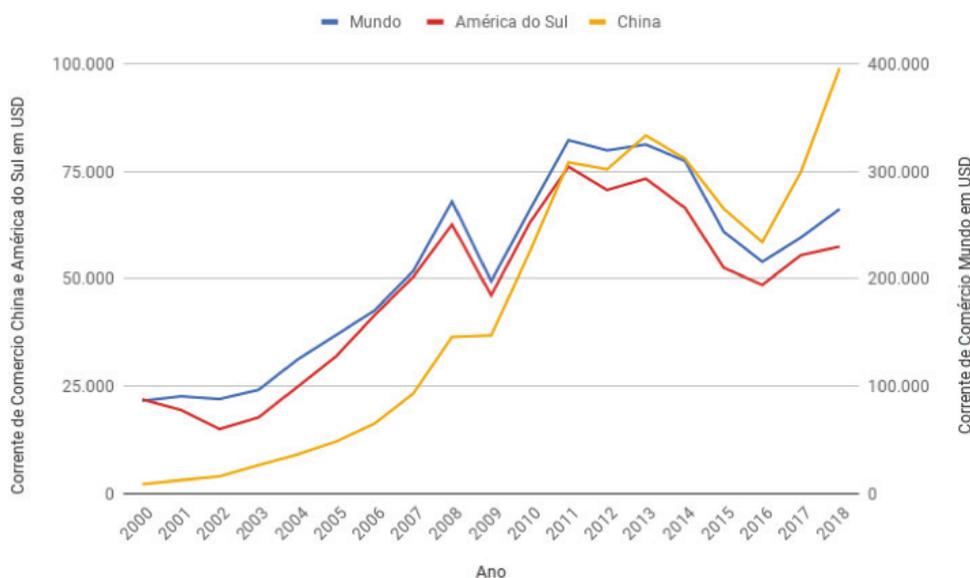
Tabela III: Importações do Brasil ao mundo entre 2000 e 2018 em valores absolutos (US\$) e relativos (%)

	Países	2000 (US\$)	%		Países	2010 (US\$)	%		Países	2018 (US\$)	%
1	Estados Unidos	12.906.099.243	23,09	1	Estados Unidos	27.038.687.487	15,24	1	China	34.730.027.163	19,16
2	Argentina	6.849.829.801	12,26	2	China	25.591.460.070	9,56	2	Estados Unidos	28.967.774.648	15,98
3	Alemanha	4.445.211.380	7,95	3	Argentina	14.433.416.651	9,17	3	Argentina	11.051.062.743	6,10
4	Japão	2.970.860.904	5,32	4	Alemanha	12.553.495.025	5,07	4	Alemanha	10.557.304.641	5,83
5	Itália	2.171.362.283	3,88	5	Coreia do Sul	8.425.993.375	4,03	5	Coreia do Sul	5.380.880.392	2,71
6	França	1.858.380.051	3,33	6	Japão	6.979.711.623	3,54	6	México	4.909.339.537	2,49
7	Argélia	1.508.469.854	2,70	7	Nigéria	5.925.152.202	2,29	7	Itália	4.513.271.911	2,40
8	Coreia do Sul	1.439.468.186	2,58	8	Itália	4.837.793.744	2,11	8	Japão	4.355.617.849	2,18
9	Venezuela	1.327.901.894	2,38	9	França	4.800.675.893	2,10	9	França	3.941.976.427	2,02
10	Reino Unido	1.223.307.927	2,19	10	Índia	4.243.145.061	2,06	10	Índia	3.662.823.569	2,02

Fonte: MDIC e UN COMTRADE Elaboração dos autores

No gráfico III, observa-se a corrente de comércio do Brasil com o mundo, América do Sul e China, entre 2000 e 2018, em milhões de dólares. A tendência geral do comércio do Brasil com o mundo foi crescente entre 2000 e 2011, com uma queda em 2008 e 2009, como reflexo do cenário internacional. O comércio com a China teve um crescimento pronunciado entre 2009 e 2011, o que confirma que a relação com aquele país se fortaleceu após a crise, manteve-se entre 2011 e 2013, sofreu forte queda entre 2013 e 2016, seguido de fortíssima retomada do crescimento em 2017 e 2018. No caso de América do Sul, percebe-se um forte crescimento de 2000 a 2008, queda em decorrência da crise internacional, retomada do crescimento até 2011, estagnação entre 2011 e 2013, seguidos de queda de 2014 a 2016. Registrou-se uma recuperação entre 2017 e 2018, no entanto menor do que as relações com a China e resto do mundo.

Gráfico III: Corrente de comércio do Brasil com o Mundo¹⁶, América do Sul e China entre 2000 e 2018 em milhões de US\$



Fonte: MDIC. Elaboração dos autores.

A tabela IV apresenta a participação relativa da América do Sul nas exportações do Brasil, entre 2000 e 2018. Com exceção de 2000, o período em que o país mais exportou para a região foi entre 2005 e 2011 – cerca de 19% das vendas totais – e se manteve estável entre 2012 e 2017, em torno de 16%. Todos os países oscilam bastante, porém, pode-se constatar algumas tendências. Percebe-se que a alguns deles registram um aumento das compras neste período, seguido por uma diminuição, particularmente: Argentina, Equador, Venezuela. Outros aumentaram a sua participação no período, mas conseguiram manter, como Peru, Colômbia e Bolívia. Por fim, alguns apresentaram tendência de aumento, como Paraguai e Uruguai.

Ao considerar a participação da América do Sul nas importações do Brasil, identifica-se uma tendência decrescente a partir de 2006. A Argentina é o país que apresenta maior redução ao longo do período. Já a participação de Bolívia e Chile caem a partir de 2006, mas se recuperam nos últimos anos. Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai aumentaram a sua participação em termos relativos.

¹⁶ Sem América do Sul e sem China.

**Tabela IV: Participação relativa da América do Sul¹⁷
no total das exportações brasileiras entre 2000 e 2017**

ANO	Argentina	Bolívia	Chile	Colômbia	Equador	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela	TOTAL
2000	11,32	0,66	2,26	0,94	0,24	1,51	0,64	1,21	1,37	20,15
2001	8,60	0,57	2,32	1,04	0,36	1,24	0,49	1,10	1,88	17,61
2002	3,88	0,70	2,42	1,06	0,64	0,93	0,73	0,68	1,32	12,36
2003	6,24	0,50	2,58	1,03	0,49	0,97	0,67	0,55	0,83	13,85
2004	7,64	0,56	2,64	1,08	0,51	0,90	0,66	0,69	1,52	16,21
2005	8,38	0,49	3,06	1,19	0,55	0,8	0,79	0,72	1,88	17,87
2006	8,52	0,51	2,84	1,55	0,64	0,90	1,10	0,73	2,59	19,3
2007	8,97	0,53	2,65	1,46	0,41	1,03	1,03	0,80	2,94	19,82
2008	8,89	0,57	2,42	1,16	0,44	1,26	1,16	0,83	2,60	19,34
2009	8,36	0,60	1,74	1,18	0,42	1,10	0,97	0,89	2,36	17,61
2010	9,17	0,58	2,11	1,09	0,48	1,26	1,00	0,76	1,91	18,36
2011	8,87	0,59	2,12	1,01	0,36	1,16	0,88	0,85	1,79	17,63
2012	7,42	0,61	1,90	1,17	0,37	1,08	1,00	0,90	2,08	16,52
2013	8,10	0,63	1,85	1,06	0,34	1,24	0,89	0,86	2,00	16,97
2014	6,34	0,72	2,21	1,06	0,37	1,42	0,81	1,31	2,06	16,29
2015	6,70	0,78	2,08	1,11	0,35	1,29	0,95	1,43	1,56	16,24
2016	7,24	0,77	2,20	1,21	0,35	1,20	1,05	1,48	0,69	16,20
2017	8,09	0,69	2,31	1,15	0,38	1,22	1,03	1,08	0,22	16,17

Fonte: CEPAL. Elaboração dos autores.

**Tabela V: Participação relativa da América do Sul¹⁸
no total das importações brasileiras entre 2000 e 2017**

ANO	Argentina	Bolívia	Chile	Colômbia	Equador	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela	TOTAL
2000	12,25	0,25	1,73	0,74	0,03	0,63	0,38	1,08	2,38	19,48
2001	11,16	0,46	1,52	0,34	0,03	0,54	0,41	0,90	1,34	16,71
2002	10,04	0,84	1,37	0,23	0,03	0,81	0,46	1,03	1,34	16,15
2003	9,67	1,08	1,70	0,20	0,04	0,98	0,49	1,11	0,57	15,84
2004	8,86	1,14	2,23	0,23	0,13	0,47	0,56	0,83	0,32	14,76
2005	8,48	1,34	2,37	0,19	0,12	0,43	0,62	0,67	0,35	14,58
2006	8,82	1,59	3,14	0,27	0,03	0,32	0,86	0,68	0,65	16,35
2007	8,63	1,33	2,87	0,35	0,03	0,36	0,83	0,65	0,29	15,33
2008	7,66	1,65	2,28	0,48	0,02	0,38	0,55	0,59	0,31	13,94
2009	8,83	1,29	2,09	0,44	0,03	0,46	0,38	0,97	0,46	14,96
2010	7,94	1,23	2,30	0,59	0,03	0,34	0,50	0,87	0,46	14,26
2011	7,47	1,27	2,01	0,61	0,04	0,32	0,61	0,78	0,56	13,66
2012	7,37	1,54	1,87	0,57	0,06	0,44	0,58	0,81	0,45	13,68
2013	6,87	1,68	1,80	0,61	0,06	0,43	0,74	0,74	0,49	13,42
2014	6,17	1,67	1,75	0,75	0,06	0,53	0,75	0,84	0,51	13,02
2015	6,00	1,46	1,99	0,69	0,07	0,52	0,73	0,71	0,40	12,57
2016	6,60	0,98	2,10	0,66	0,10	0,89	0,90	0,93	0,30	13,46
2017	6,26	0,85	2,29	0,96	0,09	0,75	1,07	0,88	0,26	13,41

Fonte: CEPAL. Elaboração dos autores

17 Sem Guiana e Suriname.

18 Sem Guiana e Suriname.

Tabela VI: Assimetrias comerciais do Brasil com países da América do Sul de 2000 a 2018

	ARGENTINA					BOLÍVIA					CHILE					COLÔMBIA					EQUADOR								
	A	B	A+B	A-B	A/B	A	B	A+B	A-B	A/B	A	B	A+B	A-B	A/B	A	B	A+B	A-B	A/B	A	B	A+B	A-B	A/B				
2000	6,2	6,8	13,1	-0,6	0,91	0,4	0,1	0,5	0,2	2,60	1,2	1,0	2,2	0,3	1,29	0,5	0,4	0,9	0,1	1,24	0,1	0,0	0,2	0,1	7,19				
2001	5,0	6,2	11,2	-1,2	0,81	0,3	0,3	0,6	0,1	1,31	2001	1,4	0,8	2,2	0,5	1,61	2001	0,6	0,2	0,8	0,4	3,22	2001	0,2	0,0	0,2	0,2	12,02	
2002	2,3	4,7	7,1	-2,4	0,49	2002	0,4	0,4	0,8	0,0	1,07	2002	1,5	0,6	2,1	0,8	2,26	2002	0,6	0,1	0,7	0,5	5,89	2002	0,4	0,0	0,4	0,4	26,11
2003	4,6	4,7	9,2	-0,1	0,98	2003	0,4	0,5	0,9	-0,2	0,70	2003	1,9	0,8	2,7	1,1	2,30	2003	0,8	0,1	0,9	0,7	7,63	2003	0,4	0,0	0,4	0,3	18,89
2004	7,4	5,6	13,0	1,8	1,33	2004	0,5	0,7	1,3	-0,2	0,76	2004	2,6	1,4	4,0	1,2	1,83	2004	1,0	0,1	1,2	0,9	7,28	2004	0,5	0,1	0,6	0,4	5,98
2005	9,9	6,2	16,2	3,7	1,59	2005	0,6	1,0	1,6	-0,4	0,59	2005	3,6	1,7	5,4	1,9	2,08	2005	1,4	0,1	1,5	1,3	10,25	2005	0,6	0,1	0,7	0,6	7,07
2006	11,7	8,1	19,8	3,7	1,46	2006	0,7	1,4	2,1	-0,7	0,48	2006	3,9	2,9	6,8	1,0	1,37	2006	2,1	0,2	2,4	1,9	8,63	2006	0,9	0,0	0,9	0,8	28,87
2007	14,4	10,4	24,8	4,0	1,39	2007	0,9	1,6	2,5	-0,8	0,53	2007	4,3	3,5	7,7	0,8	1,23	2007	2,3	0,4	2,8	1,9	5,48	2007	0,7	0,0	0,7	0,6	21,85
2008	17,6	13,3	30,9	4,3	1,33	2008	1,1	2,9	4,0	-1,7	0,40	2008	4,8	4,0	8,7	0,8	1,21	2008	2,3	0,8	3,1	1,5	2,77	2008	0,9	0,0	0,9	0,8	20,62
2009	12,8	11,3	24,1	1,5	1,13	2009	0,9	1,6	2,6	-0,7	0,56	2009	2,7	2,7	5,3	0,0	0,99	2009	1,8	0,6	2,4	1,2	3,17	2009	0,6	0,0	0,7	0,6	15,40
2010	18,5	14,4	33,0	4,1	1,28	2010	1,2	2,2	3,4	-1,1	0,52	2010	4,3	4,2	8,4	0,1	1,02	2010	2,2	1,1	3,3	1,1	2,04	2010	1,0	0,1	1,0	0,9	17,20
2011	22,7	16,9	39,6	5,8	1,34	2011	1,5	2,9	4,4	-1,4	0,53	2011	5,4	4,5	10,0	0,9	1,19	2011	2,6	1,4	4,0	1,2	1,86	2011	0,9	0,1	1,0	0,8	9,80
2012	18,0	16,4	34,4	1,6	1,09	2012	1,5	3,4	4,9	-2,0	0,43	2012	4,6	4,2	8,8	0,4	1,10	2012	2,8	1,3	4,1	1,6	2,24	2012	0,9	0,1	1,0	0,8	6,75
2013	19,6	16,5	36,1	3,2	1,19	2013	1,5	4,0	5,6	-2,5	0,38	2013	4,5	4,3	8,8	0,2	1,04	2013	2,6	1,5	4,0	1,1	1,75	2013	0,8	0,1	1,0	0,7	5,82
2014	14,3	14,1	28,4	0,1	1,01	2014	1,6	3,8	5,4	-2,2	0,42	2014	5,0	4,0	9,0	1,0	1,24	2014	2,4	1,7	4,1	0,7	1,39	2014	0,8	0,1	1,0	0,7	5,76
2015	12,8	10,3	23,1	2,5	1,24	2015	1,5	2,5	4,0	-1,0	0,59	2015	4,0	3,4	7,4	0,6	1,17	2015	2,1	1,2	3,3	0,9	1,78	2015	0,7	0,1	0,8	0,5	5,65
2016	13,4	9,1	22,5	4,3	1,48	2016	1,4	1,3	2,8	0,1	1,06	2016	4,1	2,9	7,0	1,2	1,42	2016	2,2	0,9	3,1	1,3	2,46	2016	0,7	0,1	0,8	0,5	4,54
2017	17,6	9,4	27,1	8,2	1,87	2017	1,5	1,3	2,8	0,2	1,17	2017	5,0	3,5	8,5	1,6	1,46	2017	2,5	1,4	4,0	1,1	1,74	2017	0,8	0,1	1,0	0,7	6,37
2018	15,0	11,1	26,0	3,9	1,35	2018	1,5	1,6	3,1	-0,2	0,89	2018	6,4	3,4	9,8	3,0	1,89	2018	2,8	1,7	4,5	1,1	1,63	2018	0,9	0,1	1,0	0,8	8,06

	PARAGUAI					PERU					URUGUAI					VENEZUELA					AMÉRICA DO SUL								
	A	B	A+B	A-B	A/B	A	B	A+B	A-B	A/B	A	B	A+B	A-B	A/B	A	B	A+B	A-B	A/B	A	B	A+B	A-B	A/B				
2000	0,8	0,4	1,2	0,5	2,37	2000	0,4	0,2	0,6	0,1	1,68	2000	0,7	0,6	1,3	0,1	1,11	2000	0,8	1,3	2,1	-0,6	0,57	2000	11,1	10,9	22,0	0,2	1,02
2001	0,7	0,3	1,0	0,4	2,40	2001	0,3	0,2	0,5	0,1	1,25	2001	0,6	0,5	1,1	0,1	1,28	2001	1,1	0,7	1,8	0,3	1,47	2001	10,2	9,3	19,5	1,0	1,10
2002	0,6	0,4	0,9	0,2	1,46	2002	0,4	0,2	0,7	0,2	2,01	2002	0,4	0,5	0,9	-0,1	0,85	2002	0,8	0,6	1,4	0,2	1,26	2002	7,4	7,6	15,1	-0,2	0,98
2003	0,7	0,5	1,2	0,2	1,49	2003	0,5	0,2	0,7	0,3	2,09	2003	0,4	0,5	0,9	-0,1	0,75	2003	0,6	0,3	0,9	0,3	2,21	2003	10,1	7,7	17,8	2,5	1,32
2004	0,9	0,3	1,2	0,6	2,93	2004	0,6	0,3	1,0	0,3	1,82	2004	0,7	0,5	1,2	0,1	1,28	2004	1,5	0,2	1,7	1,3	7,38	2004	15,6	9,3	24,9	6,3	1,68
2005	1,0	0,3	1,3	0,6	3,02	2005	0,9	0,5	1,4	0,5	2,04	2005	0,9	0,5	1,3	0,4	1,73	2005	2,2	0,3	2,5	2,0	8,70	2005	21,3	10,7	32,0	10,6	1,98
2006	1,2	0,3	1,5	0,9	4,17	2006	1,5	0,8	2,3	0,7	1,92	2006	1,0	0,6	1,6	0,4	1,64	2006	3,6	0,6	4,2	3,0	6,03	2006	26,7	14,9	41,6	11,8	1,79
2007	1,6	0,4	2,1	1,2	3,80	2007	1,6	1,0	2,7	0,6	1,64	2007	1,3	0,8	2,1	0,5	1,64	2007	4,7	0,3	5,1	4,4	13,66	2007	31,8	18,6	50,4	13,3	1,71
2008	2,5	0,7	3,1	1,8	3,78	2008	2,3	1,0	3,3	1,3	2,40	2008	1,6	1,0	2,7	0,6	1,61	2008	5,2	0,5	5,7	4,6	9,56	2008	38,3	24,3	62,6	14,0	1,58
2009	1,7	0,7	2,3	1,0	2,56	2009	1,5	0,5	2,0	1,0	3,07	2009	1,4	1,2	2,6	0,1	1,10	2009	3,6	0,5	4,1	3,1	6,70	2009	26,9	19,2	46,1	7,8	1,40
2010	2,5	0,6	3,1	2,0	4,35	2010	2,0	0,9	2,9	1,1	2,23	2010	1,5	1,6	3,1	0,0	0,97	2010	3,9	0,6	4,4	3,3	6,63	2010	37,1	25,9	63,0	11,1	1,43
2011	3,0	0,6	3,6	2,4	4,86	2011	2,3	1,4	3,6	0,9	1,65	2011	2,2	1,8	3,9	0,4	1,24	2011	4,6	0,8	5,4	3,8	5,51	2011	45,2	30,9	76,1	14,3	1,46
2012	2,6	0,7	3,3	1,9	3,66	2012	2,4	1,3	3,7	1,1	1,88	2012	2,2	1,8	4,0	0,4	1,20	2012	5,1	1,3	6,3	3,8	3,99	2012	40,0	30,6	70,6	9,4	1,31
2013	3,0	1,0	4,0	2,0	2,88	2013	2,1	1,8	3,9	0,4	1,21	2013	2,1	1,8	3,8	0,3	1,17	2013	4,8	1,2	6,0	3,7	4,11	2013	41,1	32,2	73,3	8,9	1,28
2014	3,2	1,2	4,4	2,0	2,64	2014	1,8	1,7	3,5	0,1	1,06	2014	2,9	1,9	4,9	1,0	1,54	2014	4,6	1,2	5,8	3,5	3,95	2014	36,6	29,8	66,5	6,8	1,23
2015	2,5	0,9	3,4	1,6	2,80	2015	1,8	1,3	3,1	0,6	1,45	2015	2,7	1,2	3,9	1,5	2,24	2015	3,0	0,7	3,7	2,3	4,39	2015	31,0	21,5	52,6	9,5	1,44
2016	2,2	1,2	3,4	1,0	1,82	2016	1,9	1,2	3,2	0,7	1,58	2016	2,7	1,3	4,0	1,5	2,14	2016	1,3	0,4	1,7	0,9	3,07	2016	30,0	18,5	48,6	11,5	1,62
2017	2,6	1,1	3,8	1,5	2,34	2017	2,2	1,6	3,9	0,6	1,39	2017	2,3	1,3	3,7	1,0	1,77	2017	0,5	0,4	0,9	0,1	1,20	2017	35,2	20,2	55,5	15,0	1,74
2018	2,9	1,2	4,1	1,8	2,55	2018	2,2	1,8	4,0	0,3	1,19	2018	3,0	1,2	4,2	1,8	2,59	2018	0,6	0,2	0,7	0,4	3,38	2018	35,2	22,2	57,4	13,0	1,59

Fonte: MDIC. Elaboração dos autores.

A Tabela VI apresenta a intensidade da assimetria comercial por meio da razão entre as exportações e as importações, a partir de dados fornecidos do MDIC. Observam-se as relações comerciais do Brasil com outras nove economias sul-americanas (todas, exceto Guiana e Suriname). As colunas representam as exportações (A), as importações (B), o saldo comercial (A-B), a corrente de comércio (A+B) e a cobertura ou assimetria comercial (A/B)¹⁹.

A assimetria comercial do Brasil com a Argentina alcançou um nível máximo em 2005 (1,59) e, desde então, foi diminuindo paulatinamente, em um cenário de ampliação das transações, até o mínimo em 2014 (1,01). Já depois de 2014, percebe-se um claro movimento no sentido contrário: redução do comércio binacional (queda de 35% nas vendas e nas compras) e aumento do saldo a favor do Brasil. A assimetria comercial chegou a 1,87 em 2017 e a 1,35 em 2018. Com a Bolívia, mantém-se o único déficit periódico do Brasil, com exceção de 2016 e 2017, graças às importações de gás natural por meio do gasoduto GASBOL²⁰. Tanto as vendas como as compras foram bastante ampliadas no período analisado.

19 As exportações, as importações, o saldo e a corrente de comércio estão expressados em dólares. A cobertura é medida por uma unidade que é a razão entre exportações e importações. A este número resultado da divisão de A por B pode-se chamar de intensidade da assimetria comercial. Construído entre 1997 e 2010, o Gasoduto Brasil-Bolívia (GASBOL) conecta o território boliviano com Corumbá, Campo Grande e Campinas, antes de bifurcar-se para o Sul (Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre) e para o Sudeste (São Paulo, Santos, Belo Horizonte e Rio de Janeiro). Possui 3150

Com o Chile, depois de 2003 (2,30), nota-se uma marcada redução das disparidades. Em 2009, o Brasil inclusive chegou a ser deficitário e, depois disso, a situação se aproximou muito da simetria comercial em 2013 (1,04). Novamente, apesar do aumento dos intercâmbios, observa-se uma marcada piora na cobertura nos anos recentes, sendo 1,89 em 2018. As relações com a Colômbia demonstram um cenário satisfatório depois de 2005 (10,25), com a intensificação das relações e a diminuição das assimetrias. O mínimo de 1,39 em 2014 deu lugar ao 1,63 de 2018. O caso do Equador é parecido, apesar dos valores serem inferiores. Mesmo com a grande assimetria atual, a ampla vantagem brasileira foi reduzida depois de 2006 (28,87), alcançando o mínimo em 2016 (4,54), voltando a subir para 8,06, em 2018.

O comércio brasileiro com o Paraguai revela pico de aumento da assimetria em 2011 (4,86), com melhoras nos anos seguintes e mínima em 2016 (1,82). Seguindo a tendência generalizada, em 2018 a cobertura chegou a 2,55. O balanço dos intercâmbios com o Peru aponta contínuo avanço após 2009 (3,07), praticamente alcançando o equilíbrio das relações comerciais em 2014 (1,06). O quadro de crescente comércio também teve ampliação das assimetrias comerciais, mas se manteve satisfatório até 2018 (1,19). Com o Uruguai, o auge do desequilíbrio comercial brasileiro havia sido em 2005 (1,73). Desde então, houve melhoras até 2013 (1,17), chegando até a ocorrer um déficit para o Brasil, em 2010. No entanto, os números retrocederam para o atual quadro de alto desequilíbrio em 2018 (2,59).

Por fim, as assimetrias comerciais entre o Brasil e a Venezuela caíram fortemente a partir de 2007 (13,66), alcançando o nível mais baixo em um ambiente de expansão das relações em 2012 (3,99). Nos anos seguintes, em um cenário de drástica diminuição dos intercâmbios (a corrente de comércio caiu de US\$ 6 bilhões em 2013 para US\$ 700 milhões em 2018), a assimetria manteve-se elevada.

É possível reafirmar, portanto, que o saldo brasileiro com os países da América do Sul até 2014 caiu. Isto ocorreu, inclusive, em termos nominais. O saldo em 2014 (US\$ 6,8 bilhões) foi o mais baixo desde 2004 (US\$ 6,3 bilhões). No mesmo ano, a assimetria com a região foi a menor desde 2003. O Brasil jamais havia importado tanto de Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai. Ao mesmo tempo, nota-se que em 2014 as assimetrias com Argentina, a Colômbia, o Equador, o Peru e a Venezuela eram as menores nos últimos 12 anos. Depois disso, o quadro claramente apresentou retrocesso na maioria dos casos. Essa piora ocorreu em um cenário de diminuição do comércio em termos absolutos (puxado principalmente pelas fortes quedas dos intercâmbios com Argentina e Venezuela).

Considerações finais

Neste artigo foram compilados dos dados do comércio entre o Brasil e a América do Sul desde 2000. Pode-se verificar que houve forte crescimento no período 2003-2011, que coincidiu com a maior parte do *superciclo* das *commodities*.

km de extensão. A operadora no Brasil é a Transportadora Brasileira Gasoduto (TBG), sociedade anônima com participação acionária da Petrobras (51%), da inglesa British Petroleum e da anglo-australiana BHP Billiton (29%) – a maior mineradora do mundo –, da privada boliviana Transredes (12%), da estadunidense Enron (4%) e da anglo-holandesa Shell (4%).

Os próximos passos de pesquisa em andamento debaterão outros fatores não discutidos nesse primeiro artigo, como o protagonismo da política externa brasileira e as políticas públicas que tiveram como objetivo dinamizar o comércio intrarregional e diminuir as assimetrias em relação aos países vizinhos (o Programa de Substituição Competitiva das Importações - PSCI, o Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul - FOCEM, entre outros).

Mesmo a título de conclusões preliminares, pode-se afirmar que a diminuição de US\$ 18,7 bilhões da corrente de comércio entre o Brasil e a América do Sul entre 2011 (US\$ 76,1 bilhões) e 2018 (US\$ 57,4 bilhões) foi consequência da queda das trocas do país com apenas dois parceiros, Argentina e Venezuela. O total comércio bilateral do Brasil com a Argentina passou de US\$ 39,6 bilhões em 2011 para US\$ 26 bilhões em 2018 (diminuição de US\$ 13,6 bilhões). No caso da Venezuela, passou de 5,4 bilhões em 2011 para apenas US\$ 700 milhões em 2018 (queda de US\$ 4,7 bilhões). A redução acumulada pelos dois países no período correspondeu a US\$ 19 bilhões, enquanto o comércio do Brasil com os países da América do Sul, exceto Argentina e Venezuela, apresentou um pequeno crescimento de US\$ 300 milhões.

Em contraste com períodos anteriores, nos quais aconteceram crises internas na Argentina e na Venezuela, com o conseqüente encolhimento do comércio brasileiro com esses parceiros, como em 2002 e 2003, atualmente não tem havido por parte do Brasil uma clara definição de políticas conjuntas para a recuperação do comércio e dos investimentos, prevalecendo um quadro de omissão. Na próxima etapa da pesquisa também serão analisadas as formulações da política externa brasileira para a região e será revisada a bibliografia sobre a conceitualização de América do Sul. Igualmente será debatida a institucionalidade da integração regional, via ações como a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), o Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan) e a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

Referências

- BANCO MUNDIAL. DOING BUSINESS 2019, *Training for Reform*. Washington DC, 2019. Disponível em: <<http://portugues.doingbusiness.org/>> Acesso em: 01/05/2019.
- BALDWIN, R. WTO 2.0: *Global Governance of Supply-chain Trade*. London: CEPR, 2012.
- BARROS, Pedro S. Financing strategies from UNASUR: An assessment. In: BARROWCLOUGH, D.; GOTTSCHALK, R. (Org.) *Solidarity and the South new directions in long-term development finance*. Disponível em: <https://unctad.org/en/PublicationsLibrary/gdsmdp2017d2_en.pdf>. Acesso em: 01/05/2019.
- BLYDE, Juan S. *Fábricas Sincronizadas: A América Latina e o Caribe na Era das Cadeias Globais de Valor*. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), 2014. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/F%C3%A1bricas-sincronizadas-A-Am%C3%A9rica-Latina-e-o-Caribe-na-era-das-Cadeias-Globais-de-Valor.pdf>>. Acesso em: 01/05/2019.
- CEPAL. *Integración regional: Hacia una estrategia de cadenas de valor inclusivas*. CEPAL: Santiago de Chile, 2014.

- _____. *Horizontes 2030 A igualdade no centro do desenvolvimento sustentável*. CEPAL: Cidade do México, 2016.
- _____. *Explorando nuevos espacios de cooperación entre América Latina y el Caribe y China*. CEPAL: Santiago de Chile, 2018.
- HIRATUKA, C. *Mudanças na estratégia chinesa de desenvolvimento no período pós-crise global e impactos sobre a AL*. Texto para discussão, IE/Unicamp, nº 339, 2018.
- LARDÉ, Jeannette, Situación y desafíos de las inversiones en infraestructura en América Latina. In: *Boletín FAL* (347), nº 3, CEPAL, 2016.
- MEDEIROS, C. A.; CINTRA M. R. V.P. Impacto da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos. *Revista de Economia Política*, v. 35, n. 1 (138), jan - mar, 2015.
- ROCHA, F. F. BIELSCHOWSKY, R. La búsqueda de China de recursos naturales en América Latina. *Revista de la CEPAL*, nº126, dic., 2018.

Bases de dados consultadas

ALADI. <<http://www.aladi.org/sitioAladi/index.html>>

CEPALSTAT. <<http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/portada.html>>

MINISTÉRIO DE ECONOMIA, COMEX STAT. <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>>

WORLD INTEGRATED TRADE SOLUTIONS. <<https://wits.worldbank.org/>>

OBSERVATÓRIO DE COMPLEXIDADE ECONÔMICA DO MIT.

<<https://atlas.media.mit.edu/en/>>